

O FEMINISMO E A IMPORTÂNCIA NA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

FEMINISM AND ITS IMPORTANCE IN THE ENVIRONMENTAL PROBLEM

Jeano Saraiva Corrêa¹

Universidade de Caxias do Sul - RS/BR

Thiago Luiz Rigon de Araujo²

Universidade de Caxias do Sul - RS/BR

Resumo: O presente ensaio visa o enfrentamento da problemática ambiental a partir dos movimentos sociais femininos tendo como tema central a acirrada discussão crítica de gênero não apenas como objeto de estudo, mas como perspectiva metodológica para produção de um saber científico a partir dos sujeitos (homem/mulher). Será dado enfoque na construção dos movimentos socioambientais ancorados pelas mulheres que historicamente constroem o seu protagonismo na luta pela igualdade de condições exigindo a necessidade da construção de novos conceitos e trocas de paradigmas fragmentados na visão cartesiana e linear. Tomam-se como eixos teóricos, as categorias de trabalho e meio ambiente por entender que estas questões abrigam especialmente a relação masculinizada do trabalho e do meio ambiente buscando redefinir o papel da sociedade de poder patriarcal.

Palavras-chave: Problemática ambiental; Ecofeminismo; Movimento ambientalista; Cenário Global

Abstract: The present essay aims to face the environmental problem of

1 Doutorando pela Universidade de Caxias do Sul-RS na linha de pesquisa Direito Ambiental e Novos Direitos e membro do Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica. Mestre pela Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM) na linha de pesquisa Direitos da Sociobiodiversidade e Sustentabilidade. Pós graduado em Direito e Processo do Trabalho “lato sensu”. Advogado inscrito na OAB do Estado do Rio Grande do Sul sob nº.: 79.982. Graduado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (2009). Técnico em Segurança do Trabalho. Membro do Grupo de Estudos da Comissão Jovem Advogado da OAB de Santa Maria-RS. Parecerista da Revista da Escola Judicial do TRT 4. Endereço eletrônico: jeano.adv@gmail.com.

2 Doutor em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul-UCS (2022). Mestre em Direito (2014) pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Santo Ângelo-RS (URI). Graduado pelo Programa Especial de Graduação-Formação Especial de Professores pela Universidade Federal de Santa Maria (2012). Especialista em Advocacia Pública (2012) pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Bacharel em Direito (2009) pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA-SM) de Santa Maria-RS.

the feminine social movements having as its central theme the fierce critical discussion of gender not only as an object of study but as a methodological perspective for the production of scientific knowledge from the subjects (man/woman). The focus will be on the construction of socio-environmental movements anchored by women who historically built their leading role in the struggle for equality of conditions, demanding the need to create new concepts and change paradigms fragmented in the Cartesian and linear vision. The categories of work and environment are taken as theoretical axes, as we understand that these issues especially shelter the masculinized relationship between work and the environment, seeking to redefine the role of a society of patriarchal power.

Keywords: environmental issues, Ecofeminism, the ecological movement, Global Scenario.

“A terra é considerada uma nave espacial, onde a natureza e seres humanos estão intimamente relacionados. Um incidente na nave porá todos em perigo.”

Kenneth Ewert Boulding

NOTAS INTRODUTÓRIAS: UMA ABORDAGEM PELA CONSCIÊNCIA DE ESPÉCIE

O caminhar teórico a partir de apenas um olhar desvelou que muitas pesquisas foram construídas a partir do mundo masculinizado levando a produção científica por vezes a conclusões mais direcionadas, e porque não dizer conservadoras, o que se impõe um aspecto universal colocado por anos sob o jugo de apenas saberes de sujeitos masculinos, o homem.

Por isso, a categoria central da discussão crítica é a partir dos movimentos socioambientais ancorados pelas mulheres desembocando no ecofeminismo³ que tomam como eixos teóricos, as categorias de trabalho e meio ambiente por entender que estas questões abrigam especialmente a relação masculinizada do trabalho e do meio ambiente.⁴

³ O ecofeminismo pode ser definido como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 70, em várias parte do planeta, procurando fazer a interconexão entre dominação da natureza e a dominação das mulheres.

⁴ Importante esclarecer que aqui se busca fazer uma reflexão a partir dos aspectos arquétipos feminino e masculino, tomando como pano de fundo a relação entre a natureza e a mulher, o que não possa ser diferente da discussão de gênero, embora não sejam excludentes, se constroem unidas. E esta construção está indicada em relações de poder de dominação sexistas, masculina, heterossexista e afeta os sujeitos, seus corpos e subjetividades e identidades, a ordem social e simbólica divisão do trabalho tanto horizontal como vertical os espaços e suas representações.

É indispensável que haja o enfoque sociológico priorizado na escrita que permita visualizar a realidade concreta da violação dos direitos humanos e ambientais surgindo como indagação, qual a importância do movimento ecofeminista? em que momento a temática feminista se encontra com a temática ambiental?

As mulheres inseridas no campo e na cidade percebem que a vida e a manutenção dela se dá de maneira distinta ao dos homens, o que implica a reprodução mais ampliada da vida por meio da dominação masculina ao afirmarem a posição de lugar no mundo em oposição ao demarcado pela sociedade patriarcal (dentro de casa).

Funda-se, nisto, reivindicações dos direitos das mulheres que se somam cada vez mais nas lutas ambientais e de outras causas que denunciam nesse modelo explorador que subjuga as mulheres ao local desvalorizado e contribui para que ela se mantenha como minorias jurídico-políticas,

O domínio da mulher e a exploração da natureza aparecem como resultado da conformação de estruturas sociais hierárquicas, desde o patriarcado e a gerontocracia das primeiras formações culturais até as divisões de classe da sociedade moderna. (LEFF, 2004, p. 326).

O homem, então, estabelece a supremacia de ordem natural e social, e desenvolve estratégias discursivas, teóricas e jurídicas nas quais os jogos de linguagem podem se converter em armas de dominação e não há nada natural ou essencial na ordem simbólica que autorize o homem a ocupar uma posição de superioridade.

Mas, a partir da posição de poder em sua relação com a mulher (e com os outros) ele construiu e se apropriou de uma linguagem que opera como dispositivo de poder, a hierarquia e o domínio do homem não se fundam em nenhuma superioridade legítima.

Dentro dessa perspectiva, para Boaventura Santos,

a ideia de raça organizou a população mundial segundo uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores que passa a ser um princípio organizador da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global. (SANTOS, 2009, 392).

Mas para além da gênese e a determinação da divisão dos sexos e a diferença de gênero sobre o lugar que ocupam os sujeitos na estrutura social ou até mesmo na distribuição ecológica, a diferença de gênero emerge

enigmáticamente da fonte do desejo que abre esta disjunção de um e uma ontologia da outra idade na qual se jogam as posições do masculino e o feminino,

Por isso, o feminismo, o ecofeminismo e as reivindicações de gênero, embora se situa dentro de uma política da diferença, não se resolvem em uma fórmula de distribuição econômica ou ecológica, retribuindo direitos de propriedade e apropriação da natureza a partir da reatribuição de papéis e funções sócio ecológicas que para além de todo essencialismo, quiseram dissolver toda hierarquia, opressão e sujeição provenientes de certas relações originárias de poder digitadas pela divisão dos Sexos e às circunstâncias de gênero. (LEFF, 2004, p. 330).

A visão associada ao feminismo e a ecologia questiona os fundamentos das lutas ecofeministas como política das diferenças como um movimento a favor da participação das mulheres nos assuntos e reivindicações ambientalistas ou na promoção dos direitos cidadãos e de gênero dentro das perspectivas abertas pelo desenvolvimento sustentável.

Essa perspectiva não passa por cima da legitimidade das reivindicações de igualdade de gênero e de acesso ao trabalho e as funções sociais ou posições de poder dentro das estruturas sociais estabelecidas, mas induz a indagação sobre as relações de gênero/ambiente a decifrar outros enigmas.

Certamente as relações de poder que se estabeleceram na longa história de dominação sobre a mulher e a natureza não se resolvem pela repartição de cotas de poder no mundo coisificado e regulamentado a partir dos desejos dos homens.

E, desde a colonialidade se tem a classificação da população mundial a partir da raça e etnia como definidoras de padrões e hierarquias de poder com a operatividade estendida a todos os planos da existência social junto com as relações de dominação da natureza com a existente correspondência cultural entre a dominação da mulher pelo homem.

Por isso, aponta-se, a íntima relação de subordinação entre a sociedade patriarcal e subjugação da natureza transformada num arquétipo feminino no significado da natureza.

E essa reflexão, pode se dar pela própria etimologia da palavra terra como uma palavra feminina em algumas línguas de origem latina, a palavra terra em português significa solo e para planeta, *terre* em francês, para planeta e para solo; *tierra* em espanhol para planeta, e terra, também em

italiano, pode ser usada tanto para solo, como para italiano, tanto para solo como para planeta.

Então na língua portuguesa, francesa e italiana é usado tanto para solo como quanto para planeta terra, é assim, a versão feminina que o substantivo produz, esta dupla identidade: a terra quanto *húmus* enquanto reprodução da vida, o lócus da existência humana, o húmus fecunda a terra, perspectiva arquetípica.

As mulheres, por conseguinte, são portadoras da vida, não porque apenas geram a vida, sob a expressão metafórica a terra também da à luz quando brota a semente em busca da luz, mas pelo fato de que elas alimentam por si mesmo, ou seja, com os seus próprios corpos, os seus filhos,

Assim, como a terra alimenta seus habitantes, essa compreensão de significados de identidade vai permitir a relação da natureza e a mulher para compreender o arquétipo feminino para compreendermos a existente relação de dominação.

Os arquétipos masculinos tradicionalmente encontram-se de certa forma para fora, movimento externo, e o feminino, para dentro, movimento interno, a exemplo, o homem que trabalha no campo tradicionalmente enfrenta os perigos externos desbravando as matas enfrentando animais peçonhentos e os mistérios da mata, como várias expressões encontradas em nosso cotidiano desbrava a “mata virgem”.

As mulheres enfrentam os mistérios internos: alimentação da família, criatório de pequenos animais, trabalhos internos, roçado próximos a casa com o tráfego sempre limitado, além de enfrentam os perigos do corpo, o parto, corpo que sangra ciclicamente.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas.” (BOURDIEU, 2012, p.17).

A própria divisão sexual do trabalho é um grande exemplo como campo fértil para o modelo imposto se constitua, já que a mulher quando adentra ao mercado enquanto mão de obra dita como “desqualificada” ou “frágil”, mesmo assim, continua a exercer em concomitância a atividades domésticas seu trabalho por isso um duplo papel o que torna sua jornada mais estendida,

a hierarquização entre homens e mulheres no mundo do trabalho está arraigada mesmo entre as funcionárias, revelando posições marcadas por certo conformismo quanto a uma sociedade que privilegia o homem no trabalho produtivo. (ANTUNES, 2015, p. 165).

E esse papel social imposto mulher de uma pregação a manutenção da vida familiar que se enrola ao papel desenvolvido à anos possui a estreita relação entre a função de cuidar da família e o trabalho.

Neste caso, é criado cada vez mais a possibilidade da mulher ir além do que está posto enquanto relações sociais cristalizadas na paisagem e no território, que se tornam mais vislumbrável com o trabalho, a possibilidade de reconhecimento de funções ocupadas anteriormente apenas por homens, suas tarefas realizadas faziam parte da casa e cotidiano domiciliar com a falsa ideia de negócio próprio.

2 O MEIO AMBIENTE E TRABALHO MASCULINIZADO: REDUZINDO COMPLEXIDADES

O motivo pela qual a incorporação da luta pelo meio ambiente por meio do feminismo tem como pressuposto a aproximação do tratamento que as mulheres e a natureza recebem e receberam, ambas, tratadas a partir da lógica de dominação patriarcal que opera por meio de dualismos de valores hierarquizados.

Em anos recentes, as reivindicações dos direitos da mulher e os debates em torno da questão do gênero se somaram as lutas ambientalistas, desde o feminismo radical até o ecofeminismo.

O domínio da mulher e a exploração da natureza aparecem como resultado da conformação de estruturas sociais hierárquicas, desde o patriarcado e a gerontocracia das primeiras formações culturais até as divisões de classe da sociedade moderna.

A visão ecofeminista emancipadora vem associando a sensibilidade e a natureza orgânica das mulheres ao cuidado da natureza, enlatando dessa maneira as lutas femininas e as ambientais, *“a hierarquia e o domínio do homem não se fundam em nenhuma superioridade legítimo.”* (LEFF, 2004, p. 327).

O dualismo entre branco e preto, rico e pobre, masculino e feminino, como apenas alguns exemplos de dualismos, demonstram a relação de superior

e inferior atribuída pelo pensamento hegemônico sendo que os primeiros representam aquilo que é mais valorizado.

Entretanto, a preocupação com a saúde dentro da civilização que submete corpos a tecnologia e mercantilização ilimitada é um tema inevitável para a questão feminista e ecológica contemporânea, além de um elemento chave para a análise crítica do rumo civilizatório.

É preciso ressaltar, as mulheres sustentam o peso dos problemas decorrentes de desastres ambientais, justamente por se constituir como o grupo que cuida de pessoas dependentes (crianças, idosos e doentes) a despeito da importância das mulheres na linha de frente no combate da pandemia, tanto no trabalho presencial como remoto que se mistura as rotinas domésticas exercendo, assim, uma dupla responsabilidade.

O trabalho das mulheres aumenta com a degradação do meio ambiente, nota-se que no desastre de Chernobyl os cuidados com os doentes, idosos e crianças ficaram a cargo das mulheres redobrando assim, seus esforços para encontrar alimento que não estivessem contaminados, portanto os trabalhos rotineiros das mulheres o que por si só são fundamentais e se multiplicam.

Porém, estes são fenômenos que não ocupam as primeiras páginas dos jornais,

a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres. (Pierre, BORDIEU, 2012 p. 18).

A própria construção da relação social perpassa, primeiramente, pelo cuidado da saúde o que de acordo com o Lin Nelson(2003) os acidentes frequentemente ocorrido no local de trabalho tem sido usado como desculpa para atribuir as mulheres a culpa em face da mão de obra feminina que teria como discurso de cunho preconceituoso como.

Ao invés, de proteger as trabalhadoras que cada vez mais vem conquistando posições de hierarquia em vários ramos, sejam econômicos, políticos e sociais.

Além disso, existe a conotação de que o trabalho e o salário feminino são complementares no que tange às necessidades de subsistência familiar.

Muito, embora saibamos que hoje, para algumas famílias, essa premissa não é mais verdadeira, pois o valor complementar do salário feminino (que

muitas vezes é o fundamental) é frequentemente imprescindível para o equilíbrio do orçamento familiar, especialmente no universo das classes trabalhadoras.

É necessário intervir na formação de discursos ideológicos masculinizados da pós-modernidade, que tentam aferir certa normalidade hegemônica à irregularidade de desenvolvimento dos gêneros como uma histórica diferenciação entre os seres, comunidades, raças e povos,

Assim sendo, qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política. Para além de certos patamares de diferença cultural e política, as experiências sociais são constituídas por vários conhecimentos, cada um com os seus critérios de validade, ou seja, são constituídas por conhecimentos rivais. (Boaventura SANTOS, 2010, p. 10).

E nisso, as mulheres vêm construído o importante protagonismo na luta por direitos diante dos conflitos socioambientais fomentados pela necessidade de manutenção desses de seus meios ambiente de trabalho mas não de suas explorações.

E sim, pela valorização desse espaço de vida, posto que a terra antes de ser propriedade que gera ganho econômico e alimentar é o lugar de vivência e de socialização dos indivíduos, e, já que as mulheres são estruturalmente responsáveis por essa função possuem consciência diferenciada.

Assim, o que se requer é a proteção de todas as classes, sexo, idade, cor, raça e cultura, para se ter ideia, o domínio hegemônico do homem sobre a mulher sob a forma patriarcal muito se explica a partir dos colonização milenar dos povos do norte sobre o sul, para Enrique LEFF (2003, 281), o saber ambiental problematiza o conhecimento científico e tecnológico, “[...] legitimado pela racionalidade formal dominante (dominação do norte), e se abre para novos métodos, capazes de integrar os aportes de diferentes disciplinas.”

E esse domínio hegemônico perpassa pela perspectiva ambientalista de proteção ao meio ambiente que sofre pela dominação dos homens como forma de mercadorização da natureza, o que se coaduna com a dominação do mercado de trabalho pelo homem, tornando-se uma crise de relação civilizatória.

Os sintomas que o planeta terra está sentindo são oriundos dos graves

impactos ambientais que estão ocorrendo surgindo a necessidade de elaborar um método da complexidade capazes de apreender as inter-relações entre processos naturais e sociais que determinam as mudanças ambientais.

No entanto, a problemática é abordada por Leff (2004) como a crise da razão civilizatória moderna é fruto de um modelo dominante, essa problemática ambiental traz um novo campo de estudos que englobam estratégias no que diz a respeito do poder e ao saber, e traz por meio de suas ideias a (des)construção de velhos paradigmas como solução para problemas antigos civilizatórios.

E, parte do pressuposto que a crise ambiental é incorpora novos princípios que servem de pilares, tais como: sustentabilidade, diversidade biológica, diversidade de gêneros, equidade social e de solidariedade transgeracional, induz um amplo e complexo processo de transformações epistêmicas nos campos do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas.

Nesse contexto, epistemologias do sul, que vem a ser o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, procura valorizar os saberes e investigar as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos,

É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que conhecimento é interconhecimento. (SANTOS, 2009, p. 45).

Assim como, a natureza, tal divisão é assumida nitidamente no trabalho econômico, mas interpenetra nas outras áreas estruturais como nas relações familiares, e os saberes repassados pelas avós as netas, mães para filhas devem ser respeitados como forma de ecologia de saberes que guardam na essência os aprendizados de suas antepassadas.

O trabalho das mulheres do campo é considerado uma extensão dos seus lares, de suas funções de ser mulher, invisibilizando a importante função de geração de renda a partir de um manejo integrado entre a natureza e ação humana, pois a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais têm gerado uma preocupação com os impactos socioambientais que esse modelo de desenvolvimento em trazido.

Dessa forma, ao se pensar em cada família de cada comunidade possui uma capacidade de adaptação e de conhecimento de sua região diante das

crises ambientais devemos ser valorizada,

São princípios agroecológicos que ajudam a entender a propriedade da família como um sistema complexo onde interagem as dimensões ambientais, sociais, econômicas, culturais e outras mais, que passam a subsidiar as ações de convivência. (SANTOS, 2010, p. 104).

O próprio desenvolvimento tecnológico teve que confrontar-se com outros argumentos em favor de formas de conhecimento que privilegiavam a busca do bem e da felicidade ou a continuidade entre sujeito e objeto, entre natureza e cultura, entre homens e mulheres e entre os seres humanos e todas as outras criaturas.

Pensar, a pura questão ambiental e sua preservação ecológica em uma perspectiva intergeracional implica assumir compromissos com as futuras gerações o que passa também, pela necessidade desnudar padrões de consumo, pois o modo capitalista de produção e a economia de mercado são fatores fomentadores da degradação ambiental,

O que a concepção sistêmico-complexa propõe é a releitura do mundo. [...]possibilidade de se repensar o processo de construção da civilização humana como um todo, de se rever as crises fabricando outras realidades e outros referenciais. (Ernani, ARAUJO; Jeronimo, TYBUSCH, 2007, p. 97).

A crise não reside, apenas então, no inescapável reconhecimento de que há conhecimento para além do conhecimento científico, resulta de desenvolvimentos na própria dinâmica interna da ciência e, em particular, no reconhecimento da disjunção crescente entre modelização e a previsão “*a crise ambiental é resultado do desconhecimento da lei que na verdade é uma ideia de crescimento sem limites.*” (LEFF 2003, p. 24).

Nesse ponto, Heidegger(2005) questiona que, apreender é sempre apreender a conhecer, ou seja, é compreender aquilo que ainda não foi pensado, a partir de uma hermenêutica do ser, a complexidade ambiental questiona a busca do ser como verdade.

Portanto, o pensamento da complexidade trouxe novas portas, articulando processos materiais deslocando-se ao terreno epistemológico do saber ambiental, para, “*a produção de um pensamento que supere o imenso abismo entre Norte e Sul deve ultrapassar a produção de ausências em nossa*

racionalidade ocidental dominante”. (TYBUSCH, 2011, p. 302).

Entretanto, surge a indagação qual a ligação entre a pauta ambiental e o feminismo? eles estão conectados porquê? Com frequência, a natureza e as mulheres foram tratadas de forma semelhante.

As mulheres muitas vezes são encaradas como próximas à natureza ou como parte dela, quando se tem a ideia de que a natureza pode ser dominada ou usada como um recurso para outros fins, há o entendimento de que pessoas que fazem parte dela, incluindo as mulheres, podem ser tratadas dessa mesma maneira.

3 A DEFESA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA E O ECOFEMINISMO

Há tempos temos ouvido que o lugar da mulher foi sempre em casa, mas durante a era pré-industrial a própria economia centrou-se em casa e nas imediações dos campos, enquanto os homens lavravam a terra (muitas vezes ajudados pelas suas mulheres), as mulheres foram manufactureiras em produções fabris de roupas, velas, sabonetes e praticamente todas as outras necessidades da família.

O lugar da mulher foi a casa, mas não meramente porque elas estavam aborrecidas e na retaguarda dos filhos ou a ministrar as necessidades dos seus maridos.

Elas foram trabalhadoras produtivas dentro da economia doméstica e o seu trabalho foi tão respeitado como o dos homens. Quando a manufatura saiu de casa para a fábrica, a ideologia da natureza feminina -feminismo - começou a crescer entre os ideais de esposa e mãe, “os afazeres domésticos, ou seja, o “cuidar” da família é uma atividade reprodutiva fundamental que não objetiva gerar mercadorias, mas a criação de bens úteis indispensáveis para a sobrevivência da família” (NOGUEIRA, 2009 p.48).

Como trabalhadoras, as mulheres pelo menos gozavam de igualdade econômica, mas como esposas, o seu destino era serem apêndices dos seus homens, servis dos seus maridos. Como mães elas eram definidas como veículos passivos para o reabastecimento da vida humana. A situação da esposa dona-de-casa estava cheia de contradições.

Para conectar a questão ambiental houve várias catástrofes ambientais que surgiram para fortalecer a raiz para discussão dos problemas ambientais. Com os efeitos desses relevantes impactos não só ambientais, como também, para o próprio ser humano, ocasionaram uma tensão em relação a opinião

pública.

Apesar de não ser completamente nova, a intersecção entre a defesa do meio ambiente e da igualdade de gênero tem ganhado um novo fôlego com os movimentos feministas de anos recentes e o combate às mudanças climáticas.

As pautas se cruzam de alguma maneira nas greves globais pelo clima, criadas pela adolescente Greta Thunberg, nos movimentos indígenas e no Green New Deal americano, resolução defendida por deputados democratas que propõe uma mudança de paradigma na economia do país para alcançar emissão zero de gases do efeito estufa até 2030.

O movimento ambientalista surgido em meados da década de sessenta como forma de resposta aos impactos ambientais que estavam ocorrendo de forma menor com poucos manifestantes, que por sua vez eram na maioria mulheres indignadas com os mal-tratos dos seus companheiros.

Para Estensoro (2010, p. 39) denominado “feminização da pobreza que colocam as mulheres nos piores trabalhos do ponto de vista econômico social especialmente em países em vias de desenvolvimento”, nascia este movimento principalmente nos Estados Unidos e norte da Europa.

Ali, encontravam-se, os movimentos ambientalistas mais desenvolvidos do mundo que sobretudo as mulheres eram protagonistas, pois diferentes insurgências femininas contra piores trabalhos, violência doméstica, diferenças salariais, machismo e outras reivindicações, formaram um quartel feminino contra tais abusos, “as ações coletivas, políticas e discursos agrupados sob a égide do ambientalismo são tão diversificados que se torna praticamente impossível considerá-los um único movimento.” (CARDOSO, 1999, p. 142).

Portanto, a noção de justiça ambiental implica o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo à todos, onde o meio ambiente é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas, sociais, políticas, estéticas e econômicas,

O ecofeminismo movimento claramente distinto de táticas machistas, onde as mulheres unidas protestam contra os malefícios ambientais, historicamente as mulheres não exercem nenhum poder tipo de poder real no mundo exterior, nem tiveram espaço para tomada de decisões, a vida intelectual, o cultivo do pensamento, foram campos tradicionalmente inacessíveis às mulheres. (CARDOSO, 1999, p. 149).

Em geral, as mulheres têm sido passivas assim como a natureza, daí o ecofeminismo vêem como forma protestante, as ecofeministas defendem o princípio do respeito absoluto pela natureza como fundamento da libertação, tanto do patriarcalismo como do industrialismo, onde as mulheres veem-se como vítimas da mesma violência patriarcal ocorrida à natureza.

Desse modo, a reestruturação é indissociável da libertação da mulher, o patriarcalismo forma de imposição do homem sobre a família é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas e o ecofeminismo veio justamente contrapor-se ao patriarcalismo caracterizado pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar, o patriarcalismo permeia toda a organização da sociedade, da produção e do consumo, a política, a legislação e a cultura.

Os relacionamentos interpessoais são marcados pelo patriarcalismo estrutural familiar, mantida nos seios das famílias, sendo essencial, não esquecer que viemos todos do ventre feminino. Cardoso(1999), denomina como “*outra metade do paraíso*”.

A revolta a histórica relação patriarcal entre homem e mulher como se esta fosse a outra metade do ser por tanto em igualdade, “*em muitos casos tais elites eram formadas por remanescentes de uma aristocracia esmagada pela industrialização, como se pode observar nas origens dos Estados Unidos.*” (CARDOSO, 1999. p. 156).

Tal dimensão protestante do ecofeminismo trouxe grandes organizações aos debates mundiais sobre a natureza, como o Greenpeace como a maior organização do mundo responsável pela popularização de questões ambientais globais, por meio de ações diretas, sem o uso de violência, “*O ecofeminismo ressalta o caráter e o significado das relações entre o modo de tratar a mulher e a natureza. Existe uma correspondência cultural entre a dominação da mulher e a dominação da natureza.*” (JUNGES, 2010, p. 35)

Capra (1997) distingue dois tipos de poder, a dominação sobre os outros, que é autoafirmação excessiva, e a influência de outros, que ele concebe como rede, a rede é também vista como metáfora central da ecologia, conclui, então, que a mudança de paradigma inclui, dessa maneira, uma mudança na organização social, uma mudança de hierarquia de redes.

Por isso, pode-se, apontar a íntima dependência entre a sociedade patriarcal e a subjugação da natureza. Assim, a destruição do meio ambiente natural é uma consequência lógica do mundo de se relacionar com a natureza

presente no paradigma cultural do patriarcalismo.

As injustiças sempre ocorreram, a natureza paga o preço, a humanidade é a mais afetada devendo a partir do senso geral de justiça chegar a análise de qual o caminho a ser adotados e a partir deste ponto para chegar a justiça.

Nesse sentido não se pode constituir uma ética ambiental sem levar em consideração essas relações de dominação sobre a mulher e a natureza.

No texto da Amartya Sen (2011) é citado a questão da invasão do Iraque sendo um erro por parte dos EUA, a teoria de afirma que deve-se argumentar racionalmente, o texto sustenta que um caso de calamidade se tornaria injusto se pudesse ser evitado.

Vale citar, no Brasil, existe a Rede Brasileira de Justiça Ambiental que realiza campanhas contra grandes empreendimentos, em especial contra barragens e monoculturas; pelo banimento de substâncias tóxicas; contra a violência no campo, onde grupos indígenas, quilombolas e populações que vivem do extrativismo são vítimas de agressões que produzem desigualdade ambiental; e de questionamentos da ideologia do crescimento econômico a qualquer custo.

O propósito de dar bases de sustentabilidade à economia exige a redefinição dos princípios da economia e a elaboração de um novo paradigma produtivo para constituir formações econômico-socioambientais que incorporem a oferta de recursos naturais, os tempos de regeneração e os potenciais ecológicos nos processos produtivos.

O processo de produção não é discutido, via de regra produzem consequências desproporcionais, “*o movimento ambiental tem um fundo no conservadorismo, onde poderosas empresas se transformaram organizações em defesa do meio ambiente*”. (SAAVEDRA, 2001, pg. 24).

Em relação ao acesso desproporcional a recursos ambientais, caímos na questão da distribuição equitativa dos recursos ambientais explorados, onde há desigualdade social no campo ocorrendo a impossibilidade dos pequenos produtores exercerem suas atividades.

Nessa relação, Henri (2009) fala que, esses pequenos produtores geram muitos empregos, enquanto grandes empresas que exploram de forma descontrolada não trazem esse benefício, a desigualdade ambiental tem relação com poder que está na raiz da degradação ambiental “ *u m ambiente é tanto mais propício à reprodução da vida quanto mais conter diversidades de seres vivos formando um conjunto de interdependências.*

“Não existe proteção ambiental sem respeito à biodiversidade.” (JUNGES, 2004, p. 51).

Uma questão primordial é a concentração dos recursos naturais nas mãos dos que mais tem dinheiro, fator que está ligado ao mercado, uma vez que estes detém o poder econômico e defini suas prioridades políticas, Henri (2009) menciona que o Estado é omissos em grande parte dos casos de impactos ambientais, pois tende a ser mais rigoroso nos pequenos agricultores; e por último a desinformação, pois sabem que a massa mais necessitada não será ouvida.

Para a teoria malthusiana justifica-se pelo crescimento populacional (maioria pobres) é maior que as necessidades dos recursos naturais.

Nesse aspecto, Henri (2009) cita a teoria do bote salva-vidas, que é quando somente os mais fortes sobrevivem em detrimento aos mais frágeis, outros autores afirmam que a desigualdade ambiental é um resultado inevitável do mercado.

Pode-se afirmar, se há diferença nos graus de exposição das populações aos males ambientais, isso não decorre de condição natural, determinação geográfica ou casualidade histórica, mas sim a processos sociais e políticos que distribuem de forma desigual a proteção ambiental, ou seja, as agências ambientais fiscalizam mais efetivamente os “pequenos”, dotados de pouco poder de influência na esfera política, do que os grandes interesses econômicos, responsáveis por impactos ambientais consideráveis.

A proteção do meio ambiente depende do combate à desigualdade ambiental, da mesma forma que não se pode enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social.

É importante lembrar, se vive um momento no qual se está rodeado de sistemas altamente complexos que cada vez mais tomam conta de quase todos os aspectos da nossa vida, sistemas globais de comércio e uma comunicação global instantânea, tornando-se evidente a destruição do ambiente planetário e, a longo prazo, a principal ameaça à sobrevivência da humanidade.

Dessa maneira, pode-se concluir, a luta que envolve os movimentos ambientais não se resume somente na luta por equidade e participação econômica e política.

Abrange, todavia, possibilidades para constituição de uma nova ordem social, ou seja, de um projeto social que perpassa diferentes sistemas (econômico, político, jurídico e cultural) enquanto comunicação ecológica.

Assim, a perspectiva ecológica exige a formação de um pensamento que reflita a heterogeneidade, a possibilidade da diferença, a tolerância e a solidariedade diante do outro ser vivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ecológica não significa apenas o surgimento de problemas ambientais, mas a necessidade de novas formas de enxergar o mundo e, especialmente, a natureza.

A resposta não se está em apenas procurar solucionar as consequências funestas do uso de uma técnica invasiva dos equilíbrios homeostáticos da natureza. Parece indispensável uma mutação cultural que supere a visão redutiva e alcance um enfoque mais global da natureza.

Trata-se da passagem de um reducionismo científico-metodológico que fragmenta a natureza para conhece-la a uma cultura sistêmica que compreende as inter-relações presentes no meio ambiente.

É necessário pensar a sustentabilidade em diversos contextos, tais como apresentados aqui, a partir da racionalidade ambiental construída integrando as esferas racionais teóricas, substantivas, materiais e instrumental, possibilitando decisões baseadas na comunicação entre várias racionalidades permitindo processos decisórios mais democráticos e capazes de considerar complexidades e riscos na contemporaneidade.

Compreender o mundo feminino e a diferença entre os sexos não se estrutura apenas a partir dos pontos de vistas diferentes às vezes e não é diferença de essências constitutivas na qual o homem é congênere da cultura e a mulher, da natureza, na reprodução, portanto iguais.

A questão de gênero se joga numa relação de alteridade e nos vaivéns do ser, do tempo e da existência, na relação entre as luzes e as sombras de saber, na relação original de *Eros*, entre a vida e a morte, na fusão sexual na qual o homem vem e a mulher se esvai e vice versa como a roda vida.

A glorificação da ecologia política se abre ao enigma pelo qual verdadeiramente não há diferença de gênero que possa gerar diferentes formas de identificação ou distintas formas de saber e de sentir, nas quais o ser vem à vida e a retorna a terra e esta é uma para nó, daí a sua importante preservação, pensando o que deixaremos para os próximos que virão.

Trata-se de falar em consciência ecologia, quebrar as barreiras entre mundos norte/sul porque não há dois mundos, e sim dois lados de uma mesma

laranja que devem ser unidos para que ambos possam preservar a natureza.

O patético da voluptuosidade reside no fato de ser dois enquanto homem/mulher, norte/sul, pobre/rico, fabricas/trabalhador, o outro enquanto outro não é aqui um objeto que se torna nosso ou que se converte em nós mesmos, porque quando falamos em natureza devemos preservá-la, todos, pois existe apenas um sol, uma atmosfera, uma lua, um planeta.

Leff (2003) propõe e me aproprio de suas palavras para encerrar este ensaio, aprender a aprender a complexidade ambiental contribui para um processo de construção coletiva do saber, no qual cada um aprende desde seu ser particular. Este ser, diverso por “natureza”, re-significa e re-codifica o saber ambiental para dar-lhe a sua marca pessoal, inscrever seu estilo cultural e reconfigura identidades coletivas. Aprender a aprender a complexidade ambiental é o encontro do infinito dos seres diversos dialogando sobre suas identidades e suas diferenças, guardadas numa só.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. Pensamento Sistêmico-complexo na Transnacionalização Ecológica. In____,; VIEIRA, João Telmo (Orgs.). **Ecodireito: o Direito Ambiental numa Perspectiva sistêmico-complexa**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- BAKAN, Joel. **A corporação: a busca patológica por lucro e poder: tradução Camila Werner**. São Paulo: Novo Conceito, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: tradução Maria Helena Bertrand Brasil**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2012.
- CARDOSO, Ruth Correa Leite. O “Verdejar” do ser: movimento ambientalista. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. ed. Paz e Terra, São Paulo-SP, 1996.
- FLORES, N., MONTEIRO, J. A Sociedade Capitalista Pós-Moderna e suas Repercussões nas Relações de Trabalho Subordinadas: A questão da propriedade dos inventos criados pelo empregado. **Amazon’s Research and Environmental Law**, 1(3), 2013, pp.6-28. DOI: <https://doi.org/10.14690/2317-8442.2013v13114>
- HEIDEGGER. Martin. **Ser e tempo**. Tradução Marcia Sá Cavalcanti. 15ª: Rio de Janeiro: ed. Vozes. 2005.

JUNGES, José Roque. **(Bio)ética ambiental**. São Leopoldo-RS, ed. Unisinos, 2004.

LEFF, Enrique. **Pensar a complexidade ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

MANTOVANELLI, Oiklinger Jr. **A sustentabilidade como projeto para a cidadania planetária**, São Paulo: Manole, 2012.

NOGUEIRA, Claudia Mazei. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão do trabalho. ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Orgs.). **Infoproletariados**. Degradação real do trabalho real. São Paulo: Boitempo, 2009.

NELSON, Lin. La salud ambiental laboral. In: **Nuestros cuerpos, nuestras vidas: la guía definitiva para la salud de la mujer latina**. 2003. disponível em http://pcajero.flies.wordpress.com/2010/2012nuestros_cuerpos_nuestras_vidas.pdf>acesso em: 01 sep 2020.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, Peter H(orgs). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SAAVEDRA, Fernando Estenssoro. **Medio ambiente e ideologia**. Ladiscusión Pública en Chile, 1992-2002. In: IDEA - Instituto de Estudos Avançados. ISBN: 978-956-303-060-0. Santiago - Chile.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça ambiental**. Tradução Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. Sustentabilidade Multidimensional como Ação Reflexiva para uma Ecologia Política Pós-colonial. In: SAAVEDRA, Fernando Estenssoro. **América Latina e Caribe na encruzilhada ambiental: dimensões política, jurídica e estratégica**. Ijuí: Unijuí, 2011.

VENCO, Selma. Centrais de teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta cores? ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Orgs.). **Infoproletariados**. Degradação real do trabalho real. São Paulo: Boitempo, 2009.

Recebido: 03.09.2020

Revisado: 30.11.2020

Aprovado: 30.01.2021